

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: Amazônia/Militares  
Data 10/08/93 Pg.: 01/05 71

# Sistema de defesa deve ser reforçado

por José Casado  
de São Paulo

O presidente Itamar Franco decidiu realizar às 16 horas de hoje, no Palácio do Planalto, uma reunião do Conselho de Defesa Nacional. A agenda desse encontro foi montada pelo serviço secreto federal e pelos ministérios militares.

Ela está baseada no Artigo 1º da Constituição, em que se define que a República é produto de uma "união indissolúvel", fundamentada na soberania e nos princípios democráticos.

O gesto do presidente é inusitado e repleto de simbolismos, porque esse conselho (composto por alguns ministros civis, todos os militares e presidentes da Câmara e do Senado) possui atribuições de caráter extraordinário, muito bem definidas no Artigo 91 da Carta.

Entre elas, as de opinar sobre declaração de guerra, celebração de paz, decretação de estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal, além de propor e acompanhar iniciativas "necessárias a garantir a independência nacional e defesa do Estado democrático".

O serviço secreto federal e a cúpula militar chegaram à conclusão de que existem motivos relevantes, internos e externos, para que o presidente da República considerasse necessário adotar medidas de fortalecimento do Estado, sobretudo no aspecto da soberania.

O alvo político básico é a Amazônia e prevê-se que a maior parte da reunião se-

ja dedicada à discussão dos problemas em torno da soberania brasileira na região. Outros aspectos, contudo, serão debatidos — como a reação a movimentos separatistas e eventuais ameaças ao regime democrático.

Os chefes militares levam à reunião um conjunto de propostas para reforçar a presença das Forças Armadas na Amazônia. Uma delas é a de retomada de um antigo projeto da Aeronáutica de instalação de um conjunto de radares. O plano original previa gastos de US\$ 600 milhões e foi formulado no governo José Sarney.

Além disso, devem apresentar uma série de projetos para fortificações na zona da fronteira, reforço na vigilância sobre áreas indígenas e aceleração no projeto de construção de um grande campo de provas na fronteira de Mato Grosso com o Pará. As restrições orçamentárias, que não são poucas, podem acabar sendo superadas se o conselho der aval político a tais empreendimentos, a partir dessa reunião.

Os argumentos que serviram de base ao destaque da Amazônia na

(Continua na página 5)

AMAZÔNIA

# Sistema de defesa deve...

por José Casado de São Paulo  
(Continuação da 1ª página)

agenda dessa inusitada reunião do Conselho de Defesa Nacional são vários: abrangem desde a preocupação política, militar e diplomática com a expansão das manobras militares de países liderados pelos Estados Unidos na fronteira Norte (Guiana e Suriname) até a ampliação das rotas de transporte de drogas na região, incluindo a possibilidade de a Organização das Nações Unidas (ONU) vir a declarar os territórios indígenas como sendo áreas de "soberania restrita".

Há entre chefes militares, diplomatas e líderes políticos influentes como o ex-presidente José Sarney — um dos que sugeriram ao presidente Itamar Franco a convocação do conselho — a convicção de que a "escalada" de exercícios de tropas estrangeiras na zona de fronteira da Amazônia tem um efeito político perverso aos interesses do País na administração de seu "espaço" na América do Sul.

Os EUA acabam de fazer um acordo com a Colômbia para construção de cinco bases militares no País.

Nas discussões mais recentes, diplomatas e militares têm observado que a mudança nos conceitos de soberania nacional, cristalizada em ações da ONU, pode acabar afetando o Brasil em seu domínio sobre a Amazônia, a pretexto de guerra ao narcotráfico ou ainda de concessão de soberania aos povos indígenas.

O governo norte-americano deslocou o novo diretor de sua agência de combate às drogas (DEA), Lee Brown, para um périplo pela América Latina, que começa hoje, a partir do Panamá. Brown, o primeiro diretor da DEA com status de secretário de Estado, viaja com a missão específica de celebrar novos acordos com a Colômbia, a Bolívia e o Peru, que devem possibilitar a expansão de operações de in-

formações na fronteira amazônica e, quando necessário, o envio de "peritos" e "instrutores" militares estrangeiros à região.

Os chefes militares manifestaram aos assessores presidenciais sua preocupação com a "escalada" sobre a Amazônia, especialmente depois que um grupo de peritos da ONU, representantes da Grécia, de Cuba, do Japão, da Nigéria e da Ucrânia, decidiu incluir o conceito de "soberania restrita" nos territórios indígenas no rascunho da futura Declaração Universal dos Direitos dos Indígenas, que a ONU deve promulgar em 1995, na reforma de sua Carta.

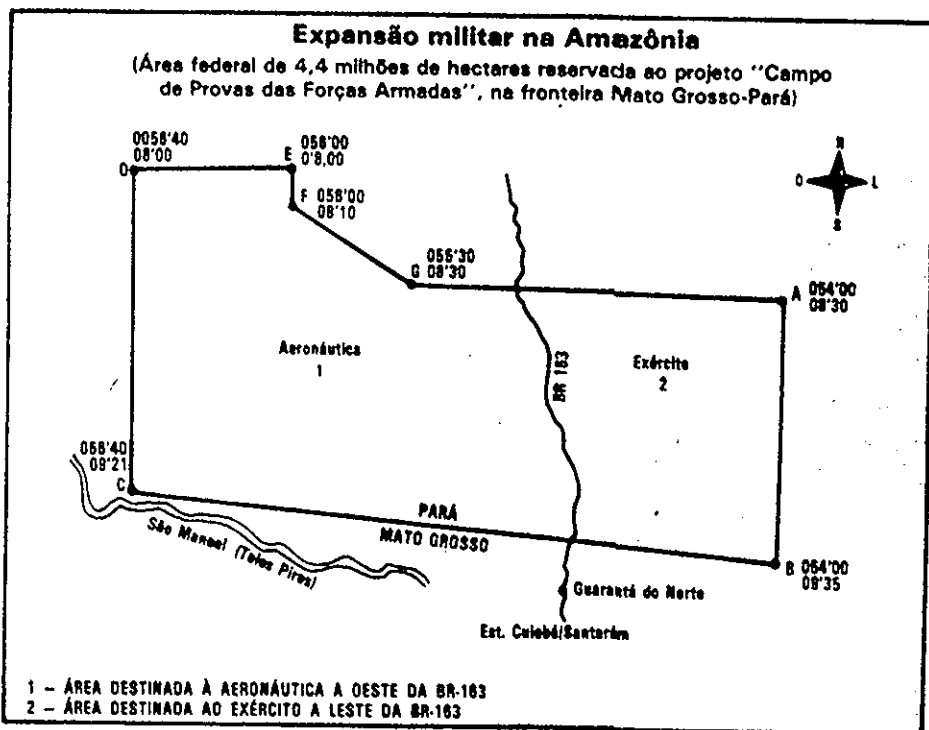
Isso ocorreu há duas semanas, em Genebra. Os militares trabalham com a hipótese de que o País ficaria passível de perder sua soberania sobre pelo menos 10% de seu território — que representa a soma de áreas indígenas ocupadas, demarcadas ou não.

Exemplificam com o caso da reserva Yanomami, que ocupa 9,4 milhões de hectares contínuos entre os estados de Roraima e Amazonas — o equivalente ao território de Portugal.

As reservas indígenas abrangem, atualmente, o equivalente a 47% do território de Roraima, 20% do Pará, 17% do Amazonas e 7% do Amapá.

Entre as iniciativas que os militares devem submeter ao conselho com o objetivo de ampliar a presença das Forças Armadas na Amazônia, na reunião de hoje, está a aceleração da construção de um Campo de Provas Militares de 4,4 milhões de hectares na fronteira Mato Grosso-Pará — uma área equivalente a meia reserva Yanomami e do tamanho da Suíça.

A área foi reservada para esse projeto em 1982, no governo João Figueiredo. Na semana passada teve sua administração dividida entre o Exército e a Aeronáutica, pela portaria do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante-de-esquadra Arnaldo Leite Pereira.



## Itamar convoca Conselho de Defesa

por Eugênio Lopes de Brasília

O presidente Itamar Franco convocou pela primeira vez o Conselho de Defesa Nacional (CDN) — órgão de consulta do presidente para questões graves e composto pelos três ministros militares, ministros da Fazenda, do Planejamento, da Justiça, das Relações Exteriores e os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado — para uma reunião hoje, às 16 horas, no Palácio do Planalto.

Enquanto o secretário-adjunto de Imprensa, Fernando Costa, informava que, como determina a

RURALS — O deputado Jackson Pereira (PSDB-CE) vai solicitar à Procuradoria-Geral da República providências para obrigar a Previdência Social a pagar suas dívidas junto aos trabalhadores rurais. Pereira discutirá o assunto com o Procurador da República, Álvaro Ribeiro, amanhã, informou a Agência Brasil.

Constituição, a pauta não seria revelada, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) garante que a reunião foi marcada para discutir a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). Este programa é desenvolvido pelo Ministério da Aeronáutica e vai fiscalizar, através de radares, as fronteiras brasileiras. Com isso, o governo pretende impedir o tráfico de drogas, a ação de garimpeiros, contrabando de riquezas minerais e a degradação do meio ambiente.

Criado pela Constituição de 1988, o Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Conselho opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz; opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal,

além de propor os critérios e condições de utilização de área indispensável à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e exploração de recursos naturais de qualquer tipo. Também cabe ao Conselho estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático.

Segundo o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, almirante Mário Cesar Flores, o Conselho de Defesa Nacional irá manifestar-se sobre o início de um programa de controle e monitoramento da Amazônia que se estenderá por cinco a oito anos. O Conselho foi convocado, uma única vez até hoje, ainda no governo Sarney, e de acordo com o ministro Flores só farão parte da reunião de hoje os membros natos do órgão.